

Programa do Procedimento

ÍNDICE

Cláusula 1. ^a - Objeto do Procedimento	2
Cláusula 2. ^a – Entidade Adjudicante	2
Cláusula 3. ^a – Órgão competente para a decisão de contratar	2
Cláusula 4. ^a - Concorrentes.....	3
Cláusula 5. ^a – Fundamento da escolha do Procedimento	3
Cláusula 6. ^a – Consulta e fornecimento de peças do Procedimento.....	3
Cláusula 7. ^a – Pedidos de esclarecimentos e listas de erros e omissões.....	3
Cláusula 8. ^a – Preço base	3
Cláusula 9. ^a – Preço anormalmente baixo de uma proposta	4
Cláusula 11. ^a – Modo de apresentação de propostas	5
Cláusula 12. ^a – Assinatura eletrónica	5
Cláusula 13. ^a – Documentos que constituem a proposta.....	6
Cláusula 14. ^a – Prazo de apresentação das propostas	6
Cláusula 15. ^a – Abertura de Propostas	6
Cláusula 16. ^a – Idioma dos documentos da proposta	7
Cláusula 17. ^a – Prazo da obrigação de manutenção das propostas	7
Cláusula 18. ^a – Propostas variantes.....	7
Cláusula 19. ^a – Análise de propostas e admissão de concorrentes.....	7
Cláusula 20. ^a – Júri do concurso	8
Cláusula 21. ^a – Esclarecimentos sobre as propostas	8
Cláusula 22. ^a – Critério de adjudicação	8
Cláusula 23. ^a – Negociação	10
Cláusula 24. ^a – Documentos de habilitação	10
Cláusula 25. ^a - Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei nº 89/2017, de 21 de agosto.....	12
Cláusula 26. ^a - Despesas e encargos para a celebração do contrato	12
Cláusula 27. ^a - Legislação aplicável.....	13



Contratação pública

Cláusula 1.ª - Objeto do Procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCEÇÃO E PRODUÇÃO PARA A PATRIMÓNIOS DO SUL – 2025”** nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do caderno de encargos. O procedimento está dividido em 6 lotes, nomeadamente:
 - Lote 1 – Artes do Sul e Beja Educa – Pavilhão Institucional
 - Lote 2 – Sul à Mesa e Vinipax (Pavilhão dos sabores)
 - Lote 3 – Petiscos e Caça, Pesca e Natureza – Pavilhão Multiusos
 - Lote 4 – Comunicação e Imagem
 - Lote 5 – Beja Brava
 - Lote 6 – Estruturas
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos do disposto nos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 2.ª – Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante, conforme alínea c) n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é a Câmara Municipal de Beja, NIPC 504 884 620, sita na Praça da República, 7800-427 Beja, com o telefone nº +351 284 311 800, o endereço eletrónico aprovisionamento.concursos@cm-beja.pt, plataforma utilizada pelo Município de Beja: <https://www.acingov.pt/>.

Cláusula 3.ª – Órgão competente para a decisão de contratar

Presidente da Câmara Municipal, por despacho de ___/___/2025, no uso da competência atribuída por deliberação da Assembleia Municipal tomada na sessão de 22/12/2021 (€ 99.759,58 em cada um dos anos económicos), publicada através do Edital de 27.12.2021¹ e no exercício da competência delegada por deliberação da Câmara Municipal de 22/10/2021, publicada através de Edital de 26/10/2021, ambos publicados no Boletim Municipal Eletrónico do ano de 2021.

Contratação pública

Cláusula 4.ª - Concorrentes

Podem apresentar proposta no presente concurso quaisquer pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP, e que cumpram as condições de capacidade técnica definidas no Programa de Concurso e Caderno de Encargos.

Cláusula 5ª – Fundamento da escolha do Procedimento

A escolha do procedimento por concurso público é pelo critério do valor enquadrando-se na alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 6ª – Consulta e fornecimento de peças do Procedimento

As peças do procedimento, serão disponibilizadas gratuitamente na plataforma utilizada pelo Município de Beja, no endereço eletrónico: <https://www.acingov.pt/>, a partir da data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do n.º 1, artigo 133.º do CCP.

Cláusula 7.ª – Pedidos de esclarecimentos e listas de erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do procedimento.
2. Os concorrentes podem apresentar pedidos de esclarecimentos, exclusivamente através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/>, até ao primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Cláusula 8ª – Preço base

O valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar é 389.000,00€ (trezentos e oitenta e nove mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor, se este for legalmente devido, tendo em consideração os seguintes preços por lote:

- **Lote 1 – Artes do Sul e Beja Educa – Pavilhão Institucional** - 54.000,00€ (cinquenta e quatro mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;



Contratação pública

- **Lote 2 – Sul à Mesa e Vinipax (Pavilhão dos sabores)** - 83.000,00€ (oitenta e três mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;
- **Lote 3 – Petiscos e Caça, Pesca e Natureza – Pavilhão Multiusos** - 42.000,00€ (quarenta e dois mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;
- **Lote 4 – Comunicação e Imagem** - 29.000,00€ (vinte e nove mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;
- **Lote 5 – Beja Brava** - 51.000,00€ (cinquenta e um mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;
- **Lote 6 – Estruturas** - 130.000,00€ (cento e trinta mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;

Cláusula 9ª – Preço anormalmente baixo de uma proposta

1. Não são definidos critérios em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo, nos termos do disposto no artigo 71º, nº 1 do CCP.
2. O preço de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
3. No caso previsto no número anterior, o júri solicita previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

Cláusula 10.ª – Proposta e seus elementos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta, os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.

Contratação pública



Cláusula 11.ª – Modo de apresentação de propostas

1. A participação no concurso depende do prévio registo do concorrente na plataforma eletrónica, através do preenchimento do formulário de pré-adesão fornecedores.
2. A digitalização dos documentos apresentados, nomeadamente as declarações constantes dos Anexos I e II do Programa de Concurso, deverá ser efetuada depois dos mesmos estarem devidamente assinados.
3. A proposta e os documentos que a acompanham são preferencialmente enviados em formato PDF ou similar.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
5. O concorrente deve indicar o preço total, o qual terá de ser igual ou inferior ao preço base definido nos termos do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta, sendo que deverá indicar o valor para cada um dos lotes.
6. O preço da proposta será expresso em euros (€), por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.acingov.pt/>, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Cláusula 12.ª – Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



Contratação pública

2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e o poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

Cláusula 13.ª – Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** (ver Anexo I ao presente Programa de Concurso).
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - i. Preço total da aquisição de serviços, não deve incluir o IVA, conforme modelo constante do Anexo III ao presente Programa;
 - ii. Preço por lote e preço total expresso em algarismos e por extenso e sem IVA), prevalecendo em caso de divergência o extenso;
 - iii. Condições de pagamento, que não poderão prever pagamentos antecipados;
 - c) Certidão da Conservatória do Registo Comercial ou Certidão Comercial “online”, com a inscrição da firma e todos os registos em vigor (para sociedade comerciais), devidamente atualizada.
 - d) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Cláusula 14.ª – Prazo de apresentação das propostas

As Propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às 23:59 h do 32º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação.

Cláusula 15.ª – Abertura de Propostas

A abertura das propostas realizar-se-á pelas 11 horas do dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas.



Cláusula 16.ª – Idioma dos documentos da proposta

A Proposta e os documentos que a constituem são obrigatória e exclusivamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 17.ª – Prazo da obrigação de manutenção das propostas

1. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. O prazo referido no número anterior considera-se prorrogado por iguais períodos se nada for requerido em contrário.

Cláusula 18.ª – Propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.
2. Não serão admitidas propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.

Cláusula 19.ª – Análise de propostas e admissão de concorrentes

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do CCP.
2. São excluídas as propostas relativamente às quais se verifique qualquer uma das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.
3. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, de acordo com o nº1 do artigo 138º.
4. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.

Contratação pública

5. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
6. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 3 e 4.

Cláusula 20.ª – Júri do concurso

1. O concurso será conduzido por um júri, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP.
2. O júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação e o seu funcionamento rege-se pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 67.º e seguintes do CCP.

Cláusula 21.ª – Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas, considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica, <https://www.acingov.pt/>, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Cláusula 22.ª – Critério de adjudicação

1. O Caderno de Encargos define todos os aspetos da execução das prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar e apenas submete à concorrência o preço a

Contratação pública

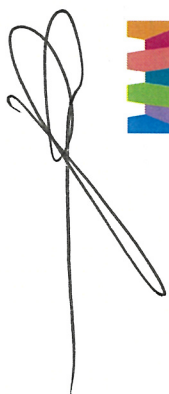
pagar pela entidade adjudicante, sendo o critério da adjudicação o previsto na al. b) do nº 1 do artigo 74º do CCP – monofator, sendo avaliado apenas o preço mais baixo por lote.

2. As propostas serão adjudicadas por lotes, pelo que o concorrente pode apresentar proposta a um ou mais lotes a concurso:

- **Lote 1 – Artes do Sul e Beja Educa – Pavilhão Institucional** - 54.000,00€ (cinquenta e quatro mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;
- **Lote 2 – Sul à Mesa e Vinipax (Pavilhão dos sabores)** - 83.000,00€ (oitenta e três mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;
- **Lote 3 – Petiscos e Caça, Pesca e Natureza – Pavilhão Multiusos** - 42.000,00€ (quarenta e dois mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;
- **Lote 4 – Comunicação e Imagem** - 29.000,00€ (vinte e nove mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;
- **Lote 5 – Beja Brava** - 51.000,00€ (cinquenta e um mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;
- **Lote 6 – Estruturas** - 130.000,00€ (cento e trinta mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor;

3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas por meio de sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público, a realizar nas seguintes condições:

- a) O sorteio será efetuado pelos membros do júri.
- b) A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 5 dias de antecedência, com indicação da data, da hora e do local da sua realização.
- c) Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.
- d) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.



Contratação pública

- e) Numa urna são introduzidos os respetivos números, procedendo-se seguidamente à sua extração.
- f) A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem de extração efetuada.
- g) O júri elaborará uma ata da sessão de sorteio com os respetivos resultados, que será apensa ao processo de contratação e será notificada a todos os concorrentes.

Cláusula 23ª – Negociação

Após a apresentação das propostas as mesmas não serão objeto de negociação.

Cláusula 24.ª – Documentos de habilitação

1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para que este, no prazo de 5 (cinco) dias úteis apresente, através da plataforma eletrónica, nos termos do artigo 81º do CCP, a partir da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, em conformidade com o **Anexo II** ao presente programa do procedimento.
2. Documentos comprovativos da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal, no Estado de que seja nacional ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55º do CCP.
3. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55º do CCP;
4. Certificado de Registo Criminal, ou documento equivalente, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, como previsto na alínea b) e h) do artigo 55º e do artigo 83º - A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "*Contratação Pública*".

Contratação pública

5. Cópia da certidão do registo comercial ou do código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.
6. Documento comprovativo de registo no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, se aplicável.
7. Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar ainda o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro.
8. No caso de se tratar de adjudicatário ou de subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.
9. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por Agrupamento, todos os seus membros têm de apresentar os documentos de habilitação que lhe são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 6º da Portaria nº 375/2017, de 14 de dezembro.
10. No caso de agrupamento complementar de empresas (ACE), têm de apresentar:
 - a) Cópia certificada do contrato de constituição do Agrupamento Complementar de Empresas do qual deve constar, designadamente, a indicação dos administradores e respetivos poderes de representação e demais elementos previstos na Lei nº 4/73, de 4 de junho e no Decreto-Lei nº 430/73, de 25 de agosto, ambos com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 36/2000, de 14 de março;
 - b) Cópia da inscrição do Agrupamento Complementar de Empresas no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.
11. No caso de Consórcios Externos:

Contratação pública

- a) Cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, designadamente, a indicação dos membros do consórcio, o chefe de consórcio, das obrigações do chefe de consórcio, dos deveres dos membros do consórcio e a responsabilidade conjunta das partes;
 - b) Cópia da procuração com as funções externas do chefe de consórcio, devendo-lhe ser conferidos, nos termos do artigo 14º, nº 1 do referido Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, os poderes para este proceder à faturação de todas as prestações executadas no âmbito do contrato, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato, dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato, quando aplicável.
12. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados em Português.

Cláusula 25.ª - Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei nº 89/2017, de 21 de agosto

1. Juntamente com os restantes documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deve entregar cópia do documento obtido na consulta eletrónica que ele próprio fez no RCBE, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86.º n.º 1 do CCP.
2. O incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento (artigo 37º, nº 1, alínea b), constituindo causa de caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 87º-A CCP.

Cláusula 26.ª - Despesas e encargos para a celebração do contrato

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Contratação pública

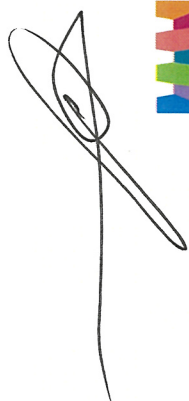
Cláusula 27.^a - Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e restante legislação aplicável.

Beja, 07 de julho de 2025

O Presidente da Câmara Municipal de Beja

- Paulo Jorge Lúcio Arsénio -



Contratação pública

Anexo I

Modelo de declaração

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

(Aprovado pelo regulamento de Execução (EU) 2016/7 da comissão de 5 de janeiro de 2016
conforme formulário-tipo, disponível na versão pdf e xml)

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido
eletronicamente em <https://espd.eop.bg/espd-web/> importando e utilizando o ficheiro junto
ao presente programa de concurso.

Contratação pública

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Contratação pública

Anexo III

(Modelo) de Proposta

(nome, número de documentação de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de "designação ou referência ao procedimento em causa" e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, pelo preço contratual de € (por extenso). Que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Descrição das tipologias	Preço
Lote 1. Artes do Sul e Beja Educa – Pavilhão Institucional	...
Lote 2. Sul à Mesa e Vinipax (Pavilhão dos sabores)	...
Lote 3. Petiscos e Caça, Pesca e Natureza – Pavilhão Multiusos	...
Lote 4. Comunicação e Imagem	...
Lote 5. Beja Brava	...
Lote 6. Estruturas	...

(local, data e assinatura) (3)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

(3) Nos termos do disposto no artigo 57º nº 4 e 5